

Conselho Coordenador da Avaliação - Secção Autónoma

ATA Nº 1/2021

Pelas catorze horas do dia catorze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu nos Paços do Município de Alvaízere, a Secção Autónoma do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA), conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião realizada a 07/12/2016, no decurso da informação n.º 624, subscrita pela Senhora Presidente, presidido por Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara e pelos seguintes membros que integram este Conselho: Célia Fernanda da Costa Marques Ferreira, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, e Professora Marta Maria Mendes Santos, em representação do Agrupamento de Escolas de Alvaízere.

Verificada e existência de quórum, a Senhora Presidente do CCA, declarou abertos os trabalhos e passou-se à apreciação dos pontos da ordem do dia:

1. Estabelecer as diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP dois e do SIADAP três, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão do Município;
2. Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;
3. Estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho;
4. Outros assuntos.

Ponto 1 – Estabelecer as diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão do Município;

Com o objetivo de harmonizar a definição dos objetivos, o Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), no uso da sua competência para estabelecer diretrizes para a aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de setembro, deliberou, por unanimidade, estabelecer as seguintes recomendações gerais no âmbito da avaliação às assistentes operacionais Anabela de deus Freitas Batista Marques, Anabela Almeida Simões, Maria de Lurdes Serra Lourenço de Castro, Verónica Conceição Silva Reis Lourenço, Maria João Marques



dos Santos Nunes, Ana Maria Tiago Ferreira, Natália Simões Gomes Miguel e Patrícia Sofia Antunes Luís: -----

- a) A realização da avaliação é feita pelo Agrupamento de Escolas de Alvalázere, enquanto estiverem a exercer as funções nos respetivos centros escolares – apoio ao ensino pré-escolar, devendo estas trabalhadoras ser consideradas para efeitos de aplicação das percentagens previstas no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação. -----
- b) Os avaliadores deverão apresentar ao CCA, no mês de junho, as propostas de avaliação para análise com vista à harmonização e início do processo condicente à validação dos desempenhos relevantes e inadequados e do reconhecimento do desempenho Excelente; -----
- c) Os objetivos devem estar alinhados com os objetivos estratégicos aprovados pelo Executivo, bem como a política definida nos Documentos previsionais; -----
- d) A distribuição das percentagens máximas de 25% para as avaliações finais qualitativas de desempenho relevante é feita por referência ao total de trabalhadores previstos no artigo 42.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, ou seja, considerando todos os que contratualizarem as respetivas fichas de avaliação do desempenho (SIADAP 3), constantes da lista avaliador/avaliado, sendo calculada, por carreira, conforme tabela infra: -----

Total Funcionários		Quotas (25%) Disponível	Quotas	Excesso
T.S.	27	6,75	6	0,75
A.T.	19	4,75	4	0,75
A.O	47	11,75	11	0,75
TOTAL	93	23,25	21	2,25

- e) Fixar os seguintes critérios de harmonização (validação de relevantes e reconhecimento de excelentes): -----

- i. Para a validação dos desempenhos de Relevante:
 - * O Avaliador apresenta a medição do grau de cumprimento de cada objetivo de forma quantificada e demonstrando a prossecução de objetivos em articulação com os objetivos da respetiva unidade orgânica - Monitorização dos Objetivos; -----
 - * O Avaliador apresenta informação referente à avaliação de conhecimentos, capacidades técnicas e comportamentais do avaliado - Monitorização das Competências; -----
 - * Os objetivos definidos cumprem os requisitos definidos no artigo 46.º da Lei n.º 66-B/2007; --
 - * O grau de cumprimento de regras regulamentares do serviço (pontualidade, assiduidade, regulamentos internos, regras de segurança, entre outros).-----
- ii. Para o reconhecimento de desempenhos de Excelente: -----

- * O Avaliador apresenta a medição do grau de cumprimento de cada objetivo de forma quantificada e demonstrando a prossecução de objetivos em articulação com os objetivos da respetiva unidade orgânica - Monitorização dos Objetivos; -----
- * O Avaliador apresenta informação referente à avaliação de conhecimentos, capacidades técnicas e comportamentais do avaliado - Monitorização das Competências;-----
- * Os objetivos definidos cumprem os requisitos definidos no artigo 46.º da Lei n.º 66-B/2007; -
- * O grau de cumprimento de regras regulamentares do serviço (pontualidade, assiduidade, regulamentos internos, regras de segurança, entre outros) -----
- * O Avaliador apresenta caracterização que especifique os respetivos fundamentos e análise o impacto do desempenho, evidenciando os contributos relevantes para o serviço (resultados de ações, iniciativas, projetos, entre outros). -----

Ponto 2- Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos; -----

Quanto ao processo de avaliação para o biénio 2021/2022, o CCA deliberou, por unanimidade, ao abrigo da competência estabelecida na alínea b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de setembro, aprovar as seguintes linhas gerais em matéria de determinação de objetivos, de escolha de competências e indicadores de medida: ---

- 1 - A fixação de objetivos para o biénio de 2021/2022 tem como referência os objetivos estratégicos aprovados pelo Executivo, bem como os objetivos aprovados para as unidades orgânicas, valorizando a atitude e o comprometimento com o serviço de cada trabalhador assim como a satisfação dos munícipes face aos serviços prestados. -----
- 2 - Os objetivos a fixar deverão refletir a atividade desenvolvida. -----
- 3 – Todo o desempenho do trabalhador que não esteja incluído em nenhum dos objetivos contratualizados será objeto de avaliação por via do parâmetro competências. -----
- 4 – No âmbito do SIADAP 3 deverão, na medida do possível e em articulação com os objetivos das unidades orgânicas, ser fixados os seguintes tipos de objetivos: -----

 - a) De produção de bens e atos ou prestação de serviços, visando a eficácia na satisfação dos utilizadores; -----
 - b) De qualidade, orientada para a inovação, melhoria do serviço e satisfação das necessidades dos utilizadores; -----
 - c) De eficiência, no sentido da simplificação e racionalização dos prazos e procedimentos de gestão processual e na diminuição dos custos de funcionamento; -----
 - d) De aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências individuais. -----

- 5 – Os indicadores de medida poderão ser de resultado (medem o grau de cumprimento do objetivo), ou de ação (explicam como foi atingido o resultado) e deverão ser fixados tendo em consideração, entre outras, as seguintes características: -----



- a) Simples e claros – por forma a facilitar a compreensão e a interpretação inequívoca;-----
 - b) Mensuráveis – por forma a possibilitar a aferição do grau de cumprimento do objetivo;-----
 - c) Realizáveis – devem ser ambiciosos mas contidos dentro dos limites do atingível;-----
 - d) Temporais – poderão abranger um intervalo de tempo perfeitamente identificado; -----
 - e) Fiáveis e credíveis – a fonte de informação para o seu cálculo deve ser de origem credível.---
- 6 – As metas a definir em cada objetivo devem constar da respetiva ficha de avaliação de desempenho;-----
- 7 – O critério de superação deve corresponder a um esforço acrescido para atingir a excelência no desempenho, cujo impacte no serviço seja notório.-----
- 8 – A avaliação intercalar dos dirigentes intermédios assenta:-----
- a) No grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos para a respetiva unidade orgânica em que se integra;-----
 - b) Na valoração das competências previamente fixadas.-----
- 9 – A avaliação dos trabalhadores em geral assenta:-----
- a) No grau de cumprimento dos objetivos individuais fixados na ficha de avaliação de desempenho;-----
 - b) Na valoração das competências previamente fixadas.-----

Ponto 3 - Estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho;

O CCA deliberou, por unanimidade, no uso da competência conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de setembro: ----

1 – Relativamente aos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional, o Conselho de Coordenação de Avaliação emite parecer favorável à proposta de decisão efetuada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, com a qual concorda, para que continue a ser aplicado, a estes trabalhadores, no período de 2021/2022, o regime de avaliação com base nas competências, previsto no artigo 80.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua versão atual, adaptada aos serviços da Administração Autárquica pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos termos das FAQ's - SIADAP (24-07-2015) da DGAEP, que a seguir se transcreve: -----

"1. Em que carreiras pode ser aplicado o regime de avaliação com base nas competências do SIADAP?: -----

Atendendo a que a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, fixou a duração da escolaridade obrigatória em 12 anos, entende-se que o regime excepcional de avaliação com base nas competências deve considerar-se aplicável aos trabalhadores integrados em carreiras e categorias de graus 1 e 2 de complexidade funcional, nomeadamente as carreiras gerais de assistente operacional e assistente técnico e, bem assim, aos das carreiras não revistas para as

quais se encontre definido um nível habilitacional igual ou inferior a 12 anos de escolaridade, desde que observadas as condições nele previstas."-----

Neste sentido, este regime pode e será aplicado aos trabalhadores que preencham cumulativamente os requisitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do mencionado artigo 80.º, na sua redação atual, pelo que estes serão avaliados apenas com base nas competências que lhes sejam definidas, fundamentando-se esta decisão no facto de ter sido exigido a estes trabalhadores a escolaridade obrigatória no recrutamento para a carreira, de exercerem funções que se caracterizam por tarefas eminentemente de rotina e de exercerem funções que se caracterizam por tarefas previamente determinadas e executivas, repetitivas e padronizadas. Nestas situações, a avaliação final resulta da média aritmética simples das pontuações atribuídas às competências atribuídas de acordo com as estipuladas no Anexo I para a referida categoria profissional. -----

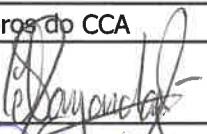
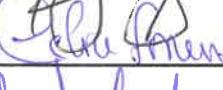
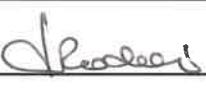
2 - Aprovar a lista avaliador/avaliado (SIADAP 3), de acordo com o Anexo II, onde se incluem as Assistentes Operacionais que desenvolvem funções nos centros escolares – apoio ao ensino pré-escolar.-----

Mais ainda, o CCA deliberou, por unanimidade, aprovar a lista avaliador/avaliado (SIADAP 3) para o biénio 2021/20211, tal como consta do Anexo II, onde se incluem as assistentes operacionais que desenvolvem funções nos jardins-de-infância e escolas.-----

Para efeitos da utilização do método de avaliação "Ponderação Curricular", previsto no n.º 7 do artigo 42.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, o CCA deliberou aprovar, por unanimidade, e nos termos no nº 4 do artigo 43º do mesmo diploma, os critérios de ponderação curricular e respetiva valoração, em conformidade com o descrito no Anexo III.

Todos os anexos à presente ata fazem parte integrante da mesma.-----

Nada mais havendo outros assuntos a tratar, foi a reunião dada por encerrada, lavrada apresente acta, a qual após ter sido lida, foi aprovada por unanimidade e assinada por todos os membros deste Conselho e por mim, Coordenadora Técnica da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos e Expediente, Maria Isabel Alves Simões Teodósio, secretária do CCA. -----

Os Membros do CCA	
Célia Margarida Gomes Marques	
Célia Fernanda da Costa Marques Ferreira	
Marta Maria Mendes Santos	
A Secretária do CCA	
Maria Isabel Alves Simões Teodósio	



MATRIZ DE COMPETÊNCIAS
BIÉNIO 2021/2022

ANEXO I

(Handwritten signatures)

Ficha de Avaliação	Número	Competências Comportamentais	Ponderação
Assistente Operacional	1	REALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS	100,00%
	3	CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA	
	4	ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE TRABALHO	
	5	TRABALHO DE EQUIPA E COOPERAÇÃO	
	7	RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	
	8	ADAPTAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA	
	10	OPTIMIZAÇÃO DE RECURSOS	
	11	INICIATIVA E AUTONOMIA	
	12	RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O SERVIÇO	
	14	ORIENTAÇÃO PARA A SEGURANÇA	



Sorte em viver aqui.

Avaliador Formal (tendo em conta que os cargos de chefe de divisão das Unidades Orgânicas foram provisórios em 1-3-2016)			Avaliado		Avaliador Informal (quem faz o trabalho de supervisão, que trabalha directamente com o avaliado)	
Unidade Orgânica	Nome	Categoría	Nome	Categoría	Nome	Categoría
Gabinete-Serviço Municipal de Proteção Civil	Célia Margarida Gomes Marques	Presidente da Câmara	Mário Bruno Tiago Gomes	Coordenador Municipal de Proteção Civil	N/A	
			Eba Cristina dos Santos Freitas	Técnico Superior	N/A	
			Filipa Marques de Barros	Técnico Superior	N/A	
			Maria Eduarda Martins Honrado Santos	Assistente Técnico	N/A	
Gabinete de Contratação Pública, Assessoria e Financiarização	Célia Margarida Gomes Marques	Presidente da Câmara	Luis Alberto Alves da Silva	Fiscal Municipal, em mobilidade interna desde 01/11/2020	N/A	
			Sandra Paula Jesus Sádes	Técnico Superior	N/A	
			Manuel Joaquim Pereira Lourenço	Técnico Superior	N/A	
			Paulo Jorge Prieto Guerreiro	Assistente operacional	N/A	
Gabinete de Planeamento Estratégico	Célia Margarida Gomes Marques	Presidente da Câmara	Abílio Miguel Marques Carvalho	Técnico Superior	N/A	
			Maria Manuela Marques Carvalho Joaquim	Assistente Técnico	N/A	
			António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior	N/A	
			Ricardo Nuno da Silva Fernandes	Técnico Superior	N/A	
Unidade de Desenvolvimento Social e Cultural	Célia Margarida Gomes Marques	Presidente da Câmara	Luis Miguel Dias Sávio	Técnico superior, em mobilidade desde 01/11/2020	António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior
			Carlos Alberto Ferreira Godinho	Assistente Operacional	António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior
			Pedro Miguel Furtado Simões	Assistente Operacional	António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior
			Xosé Gomes Santos Marques	Assistente Operacional	António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior
Divisão Administrativa e Financeira	Célia Margarida Gomes Marques		Luis Miguel Gonçalves Grunho Teodósio	Assistente Operacional	António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior
			Gabriel Oliveira Fernandes	Assistente Operacional	António Adílio Ribeiro Gonçalves	Técnico Superior
			Paula Cristina Gomes M. Furtado de Sousa	Técnico Superior	N/A	
			Sandra Isabel de Jesus Rosa	Assistente Técnico	Paula Cristina Gomes M. Furtado de Sousa	Técnico Superior
Divisão de Obras Municipais e Urbanismo	Célia Margarida Gomes Marques		Sónia Catarina Coelho Patrício	Assistente Técnico	Paula Cristina Gomes M. Furtado de Sousa	Técnico Superior
			Filipa Rito Almeida	Assistente Técnico	Paula Cristina Gomes M. Furtado de Sousa	Técnico Superior
			Scônia Machado Simões	Assistente Operacional	Paula Cristina Gomes M. Furtado de Sousa	Técnico Superior
			Jorge Manuel Ferreira Alves da Nila	Assistente Operacional	Paula Cristina Gomes M. Furtado de Sousa	Técnico Superior
Sociedade de Desenvolvimento Local	Célia Margarida Gomes Marques		Paula Alexandra Cassiano Marques	Técnico Superior	N/A	
			Sónia Alves da Silva	Assistente Técnico	Paula Alexandra Cassiano Marques	Técnico Superior
			Marta Liseit Inácio Ferreira	Assistente Técnico, em mobilidade desde 01/11/2020	Paula Alexandra Cassiano Marques	Técnico Superior
			Raquel Catarina Martins da Costa	Assistente Técnico, em mobilidade desde 01/06/2020	Paula Alexandra Cassiano Marques	Técnico Superior
Divisão de Recursos Humanos	Célia Margarida Gomes Marques		Ara Margarida Gomes Marques	Assistente Técnico	N/A	
			Maria do Rosário França Esteves	Técnico Superior	N/A	
			Maria Filomena Marques Ferreira	Assistente Técnico	N/A	
			João Paulo Morais Cabral	Técnico Superior, em mobilidade interna desde 01/07/2020, no IEPF de Letras	N/A	
Divisão de Infraestrutura e Serviços Sociais	Célia Margarida Gomes Marques		Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregada Operacional	N/A	
			Ana Paula Simões de Oliveira Lopes	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
			Elizabeth da Silva Tiago de Jesus Figueiredo	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
			Idalina Marques dos Santos Borges	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
Divisão de Administração e Logística	Célia Margarida Gomes Marques		Ana Paula Martins Nunes Godinho	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
			Cristina Isabel Gomes Carvalho Marques	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
			Ana Catarina Alves Mendes	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
			Ana Rita Furtado dos Santos Sousa	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo	Célia Margarida Gomes Marques		Paula Cristina Martins Femandes	Assistente Operacional	Lucinda Maria Gonçalves de Barros Miguel	Encarregado Operacional
			Célia Margarida Simões Miguel	Técnico Superior	N/A	
			Sónia Catarina da Silva Mendes	Técnico Superior	N/A	
			Nelson José Ferreira Santos	Técnico Superior	N/A	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Célia Margarida Gomes Marques		Ana Sofia da Silva Mendes Alves	Técnico Superior	N/A	
			Úrsula Maria Brás da Carvalho	Técnico Superior	N/A	
			Maria Helena de Andrade Silva Gomes	Assistente Técnico	N/A	
			Luis Jorge Baptista Ribeiro	Coordenador Técnico	N/A	
Divisão de Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Rural	Célia Margarida Gomes Marques		Ela Margarida Martins Ramos Gomes	Assistente Técnico	Luis Jorge Baptista Ribeiro	Coordenador Técnico
			Maria Isabel Alves Simeões Teodósio	Coordenador Operacional	N/A	
			Ana Paula Bastos da Silva Godinho Lourenço	Assistente Técnico	Maria Isabel Alves Simeões Teodósio	Coordenador Técnico
			Maria Antónia Henriques da Silva	Assistente Técnico	Maria Isabel Alves Simeões Teodósio	Coordenador Técnico
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Célia Margarida Gomes Marques		Carla Sofia da Silva Martin	Assistente Técnico	Maria Isabel Alves Simeões Teodósio	Coordenador Técnico
			Carolina Jauari Ferreira da Silva	Técnico Superior	N/A	
			Rita Maris Nogueira Batista	Técnico Superior	N/A	
			Marcelo José Ferreira Gonçalves	Técnico Superior	N/A	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Ana Cristina dos Santos Godinho da Costa	Técnico Superior	N/A	
			Patrícia Cristina Alves Pedro Afonso	Técnico Superior	N/A	
			Ana Catarina Tiago de Almeida	Técnico Superior	N/A	
			Isabel Barreiros Pimenta	Técnico Superior	N/A	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Hélio Duarte Godinho Simões	Técnico Superior	N/A	
			Fátima Liliana Gomes Vaz	Técnico Superior	N/A	
			Pedro Manuel Ferreira Santana	Técnico Superior	N/A	
			Ela Margarida Carvalho	Assistente Técnico	N/A	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Bruno Dás Carvalho	Assistente Técnico	N/A	
			Gonçalo Filipe Hélder Pereira	Assistente Técnico, em mobilidade desde 01/06/2020	N/A	
			Sandra Marisa Marques Rodrigues	Assistente Técnico	N/A	
			Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregada Operacional	N/A	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		António Afonso Conceição Verissimo Lopes	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Filipe Marques	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			João Paulo Monteiro Ferreira	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			João Paulo Ferreira Henriques	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		António José Freire dos Santos	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Luis Filipe Brás Marques	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Luis Miguel Santos Corra	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Paulo Alexandre Alves Mendes	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Carlos André Oliveira Arantes	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Luis Manuel Rosa Dias	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Fernando Manuel Gonçalves Nunes Ferreira	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			João Grilo Furtado	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Miguel Ferreira da Costa	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Rui Alberto Telo Faria	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Filipe Miguel dos Santos Gomes	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			José Carlos Gomes Reis Silva	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		José Pedro Rodrigues Ferreira	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Paulo José Ferreira Batista Marques	Assistente Operacional	Paulo Jorge Marques Ferreira	Encarregado Operacional
			Anabela de Deus Freitas Batista Marques	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Anabela Almeida Sandes	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Maria de Lurdes Serra Lourenço de Castro	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Veronica Conceição Silva Reis Lourenço	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Vanília Simões Gomes Miguel	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Ana Maria Tiago Ferreira	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
Divisão de Desenvolvimento Social e Família	Sociedade de Desenvolvimento Local		Maria João Marques dos Santos Nunes	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Patrícia Sofia Antunes Luís	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Paulo José Ferreira Batista Marques	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	
			Paulo José Ferreira Batista Marques	Assistente Operacional	Agapito de Escolas	



ANEXO III

**PONDERAÇÃO CURRICULAR
SIADAP 3**

CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

HA = Habilidades Académicas

EP = Experiência Profissional

VC = Valorização Curricular

CFRIPS = Cargos ou Funções de relevante interesse público ou social

Valoração

(Nos termos do n.º 4
do artigo 43.º da Lei
n.º 66-B/2007, de
28/12)

1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS (HA)

Máximo 5 Valores

+ 1 Ano de escolaridade face à legalmente exigida à data de ingresso, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento	5
escolaridade obrigatória (ou habilitações legalmente exigíveis à data de ingresso)	3
< Escolaridade obrigatória	1

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Máximo 5 Valores

Por cada participação em grupo de trabalho	0,5
Coordenação de grupos de trabalho	1,5
Elaboração de estudos relevantes sobre o Município, elaborados no âmbito das funções	1,5
Orientação de estágios profissionais ou equiparados	0,5
Monitorização de ações de formação	0,5
Participação como orador em seminários conferências ou afins	0,5
Outras funções de especial relevância fundamentadamente reconhecida pelo avaliador	1,5
A pontuação final deste critério é feita da seguinte forma:	
0 até 1 valor inclusive	1
Superior a 1 e até 5 valores inclusive	3
Mais de 5 valores	5

3. VALORIZAÇÃO CURRICULAR

Máximo 5 Valores

> 50 horas de formação com interesse para as funções desempenhadas, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento	5
Entre 25 a 50 horas de formação com interesse para as funções desempenhadas	3
< 25 horas de formação com interesse para as funções desempenhadas	1

4. CARGOS OU FUNÇÕES DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL

Máximo 5 Valores

> 5 Anos no exercício de cargos ou funções de relevante interesse público ou social	5
Entre 3 a 5 anos no exercício de cargos ou funções de relevante interesse público ou social	3
Ausência de exercício ou inferior a 3 Anos no exercício de cargos ou funções de relevante interesse público ou social	1

PONDERAÇÃO CURRICULAR FINAL:

$$PCF = 10\% \times HAP + 55\% \times EP + 20\% \times VC + 15\% \times CFRIPS$$

Se CFRIPS = 1, a PCF será:

$$PCF = 10\% \times HAP + 60\% \times EP + 20\% \times VC + 10\% \times CFRIPS$$

Escala Final de Avaliação:

Desempenho Relevante:	4,000 a 5,000
Desempenho Adequado:	2,000 a 3,999
Desempenho Inadequado	1,000 a 1,999



